



Número: **1000399-80.2019.4.01.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL**

Órgão julgador colegiado: **2ª Seção**

Órgão julgador: **Gab. 10 - DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES**

Última distribuição : **16/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0004285-84.2018.4.01.3801**

Assuntos: **Busca e Apreensão de Bens**

Objeto do processo: **PLANTÃO JUDICIAL**

5032018 JUIZ DE FORA MG

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL (IMPETRANTE)		CRISTIANO VOLPE GUIMARAES (ADVOGADO) BRUNO DIAS CANDIDO (ADVOGADO) JARBAS VASCONCELOS DO CARMO (ADVOGADO)	
3a VARA FEDERAL DE JUIZ DE FORA (IMPETRADO)			
Ministério Público Federal (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10054938	28/02/2019 20:37	Decisão	Decisão



Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 10 - DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES

PROCESSO: 1000399-80.2019.4.01.0000 PROCESSO REFERÊNCIA: 0004285-84.2018.4.01.3801
CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL (1710)
IMPETRANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL
Advogados do(a) IMPETRANTE: CRISTIANO VOLPE GUIMARAES - MG137723, BRUNO DIAS CANDIDO - MG116775-A,
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO - PA5206

IMPETRADO: 3A VARA FEDERAL DE JUIZ DE FORA

DECISÃO

"A preservação dos direitos fundamentais, numa investigação criminal, impõe-se não apenas em benefício do investigado, mas também (e muito especialmente no caso presente) em razão do interesse da própria vítima e da sociedade, que não consentirão com a hipótese de que, posteriormente, por falha e ilegalidade na atuação dos órgãos de persecução e do próprio Poder Judiciário, venham ser declarados nulos os atos promovidos na fase inquisitorial, podendo, inclusive, desbordar inaceitavelmente para a impunidade dos culpados."

Trata-se de mandado de segurança impetrado pelo CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL e pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO MINAS GERAIS contra decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG que, nos autos da Medida Cautelar nº 4285-84.2018.4.01.3801, proferiu decisão autorizando a quebra do sigilo bancário do advogado representado Dr. Zanone Manuel de Oliveira Júnior e das pessoas jurídicas das quais é sócio, além da busca e apreensão de livros caixa, recibos e comprovantes de pagamento de honorários e de seu aparelho telefônico.

Alegam os impetrantes, em síntese, que:

i) o representado "Dr. Zanone Manuel de Oliveira Júnior foi contatado para patrocinar a defesa técnica de Adélio Bispo de Oliveira, investigado pelo envolvimento, em tese, em atentado contra o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro";

ii) em 21/12/2018, "já em período de recesso do Poder Judiciário, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB foi surpreendida com o cumprimento de mandados de busca e apreensão em face do advogado inscrito na Seccional, Dr. Zanone Manuel de Oliveira Júnior".

iii) a decisão da autoridade coatora teria sido fundamentada no fato de que "as medidas seriam necessárias para averiguar as circunstâncias sob as quais foi realizada a contratação e, sobretudo, a identificação do financiador, que se prontificou a arcar com o pagamento de elevados honorários, uma vez que nem Adélio ou seus familiares não possuíam condições de fazê-lo".

iv) a OAB "não foi previamente comunicada para acompanhar a diligência, que, em razão disso, é absolutamente nula. Somente após o início dos trabalhos policiais, a entidade de classe foi acionada".



v) foram apreendidos “materiais protegidos pelo sigilo profissional do advogado entre eles imagens de circuito de segurança do Hotel Maison Royal, livros caixa, recibos e comprovantes de pagamento de honorários e de seu aparelho telefônico”;

vi) nos termos do art. 133 da Constituição Federal o advogado é indispensável à administração justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, sendo que, de acordo com o art. 5º, XIV, da CF “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”;

vii) o Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94) muniu os advogados de prerrogativas, para que possam exercer livremente a profissão, sem receios de perseguições ou represálias. Neste sentido o art. 7º, inciso II, dispõe “são direitos do advogado a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia”.

viii) o § 6º do art. 7º da Lei nº 8.906/94 dispõe ainda que “presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em qualquer hipótese, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes”.

ix) para a decisão impugnada “a devassa do sigilo bancário e do escritório de advocacia é justificada pela necessidade de esclarecer a fonte de pagamento de honorários fornecidos ao Dr. Zanone, o que carece de amparo legal. Em razão de texto expresso de Lei Federal (artigo 7º, II, § 6º do Estatuto da OAB), medida tão gravosa somente é possível quando houver indícios de autoria e materialidade da prática de crime pelo advogado. Salvo melhor juízo, este requisito não foi preenchido, afinal, o recebimento de honorários ainda não é qualificado como crime em nosso ordenamento jurídico”.

x) afirma que “a presença do *fumus boni iuris* é evidente, estando o direito do advogado amparado na lei, reafirmado pela jurisprudência e comprovado pelos documentos apresentados”;

xi) defende que “o *periculum in mora* é gritante, sendo a medida liminar único meio apto a evitar grave dano irreparável”.

Requerem, ao final a concessão de liminar para “sobrestar a decisão que determinou a busca e apreensão de imagens de circuito de segurança do Hotel Maison Royal, livros caixa, recibos e comprovante de pagamento de honorários e do aparelho telefônico do advogado representado bem como qualquer ato de análise ou efetiva (sic) dos materiais apreendidos, protegidos pelo sigilo profissional, notadamente porque presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sob pena de multa diária”.

Por fim, requerem a concessão da segurança pretendida, confirmando a decisão liminar para “declarar a nulidade da decisão proferida pela 3ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora nos autos nº 4285-84.2018.4.01.3801 e da busca e apreensão de imagens de circuito de segurança do Hotel Maison Royal, livros caixa, recibos e comprovantes de pagamento de honorários e do aparelho telefônico, com a sua consequente restituição ao advogado representado, Dr. Zanone Manuel de Oliveira Júnior, inscrito na OAB/MG sob o nº 70.042”.

Em regime de plantão o eminente Desembargador Presidente entendeu não se verificar situação que não pudesse aguardar a normal distribuição recurso (id. 9257942).

É o relatório. Decido.

Admissibilidade

Preliminarmente, admito o mandado de segurança, considerando preenchidos os pressupostos e as condições de sua propositura.



Em especial, deve-se consignar, diante do pressuposto especial do direito líquido e certo, que a matéria de fato que suporta a impetração veio integralmente demonstrada de forma documentada, não havendo dúvida quanto aos pressupostos fáticos alegados, muito especialmente no que tange às medidas invasivas contra as quais se volta a impetração.

Também reconheço legitimidade ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, tendo em vista o direito pleiteado, essencialmente vinculado à defesa das prerrogativas do advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior, OAB/MG nº 70.042, de forma direta, e, de forma indireta, o caso aqui em questão diz respeito a um dos mais graves atos de restrição às garantias da advocacia, quando se considera que o advogado, sem que se indicasse ou investigasse delito por ele praticado (admitido pelo próprio juízo de primeira instância), estaria sofrendo constrangimento em seus direitos fundamentais e prerrogativas funcionais pelo fato simples e exclusivo de estar exercendo sua profissão.

Portanto, com base nas Leis nº 12.016/2009, nº 8.906/94 e na Constituição Federal, admito o mandado de segurança.

I – Caso concreto

I.1 - Introdução: a importância do caso

Inicialmente, deve-se anotar que o fato delituoso objeto da investigação aqui versada é um dos mais sérios crimes já praticados contra a democracia em nosso país. Não apenas colocou em risco a vida de Sua Excelência, o Presidente da República, à época ainda candidato, como pretendeu o seu autor, ao que tudo indica, subverter a vontade popular, impedindo o eleitorado brasileiro de, legitimamente, escolher aquele que, estando à frente nas pesquisas eleitorais, revelava boas chances de vencer – como venceu – a eleição presidencial.

Portanto, não há dúvida, deve o Estado promover todos os esforços para esclarecer em toda sua extensão – objetiva e subjetiva - os crimes ali praticados.

Contudo, não basta para o Estado de Direito, diante da prática de algum crime, ainda que de máxima gravidade, o seu esclarecimento e punição, pois também é essencial, como sabem todas as nações democráticas, que a investigação e o subsequente processamento de qualquer delito sejam realizados em estrita obediência ao direito (*due process of law*).

Deve-se registrar, inclusive, que a cautela e a preservação dos direitos fundamentais, numa investigação criminal, impõem-se não apenas em benefício do investigado, mas também (e muito especialmente no caso presente) em razão do interesse da própria vítima e da sociedade, que não consentirão com a hipótese de que, por falha e ilegalidade no atuar dos órgãos de persecução e do próprio Poder Judiciário, posteriormente, venham ser declarados nulos os atos promovidos na fase inquisitorial, podendo, inclusive, desbordar inaceitavelmente para a impunidade dos culpados.

Por outro lado, sem dúvida, o caso revela-se absolutamente importante para delimitação em nosso país das prerrogativas da advocacia. Com efeito, o que se discute, nos presentes autos, é saber se a providência adotada pela autoridade judicial de primeira instância, no sentido de levantar o sigilo do advogado do principal suspeito de crime cometido contra o agora Presidente da República, fazendo incidir sobre o próprio profissional do direito a investigação, muito embora não houvesse indício de crime por ele (advogado) cometido, fez-se, ou não, em conformidade com o direito.

Como abaixo se demonstrará, entretanto, tudo está a indicar o contrário, isto é, na ausência de qualquer suspeita de que o próprio advogado tenha praticado crime no caso em questão (mesmo o juiz de origem expressamente admite que a investigação não se voltava contra o profissional), deve-se concluir que não poderia o Judiciário, consoante nossa legislação, a jurisprudência e o direito comparado, permitir a quebra de seus direitos fundamentais de personalidade para afastar a sua prerrogativa de sigilo.

Vejamos.

I.2 - A decisão impetrada



Atendendo representação da autoridade policial, o magistrado deferiu a quebra do sigilo bancário do advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior, bem como das pessoas jurídicas das quais é sócio, a fim de que as instituições financeiras forneçam os extratos de suas movimentações no período de 06/09/2018 a 01/12/2018 com identificação dos remetentes e dos destinatários de cada operação.

Determinou também a busca e apreensão nas empresas do advogado: “Locações Maison Royal Ltda.” e “Kabuke Sorvetes Ltda.” a fim de serem arrecadados livros caixa, recibos e comprovantes de pagamento de honorários, bem como o meio de armazenamento do sistema de CFTV do Hotel Maison Royal e o aparelho de telefonia celular de uso pessoal do advogado.

A decisão impugnada foi assim fundamentada (cito):

“(…)

Pois bem. As investigações que estão em curso no âmbito do IPL 503/2018 visam ao esclarecimento de fatos que circundam o crime cometido por Adélio Bispo de Oliveira em face do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, quando este se encontrava em pleno ato de campanha eleitoral, percorrendo a Rua Halfeld, nesta cidade de Juiz de Fora, no data de 06/09/2018.

A vítima foi socorrida pelo corpo médico da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e posteriormente transferido para o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, de onde teve alta em 29/09/2018. Os advogados constituídos pela procuradora de Jair Messias Bolsonaro juntaram aos autos do Inquérito Policial n. 4390-61.2018.4.01.3801 prontuários hospitalares, exames e documentos relativos aos procedimentos médicos a que fora submetido o agredido, demonstrando a gravidade da lesão ocasionada pelo atentado (f. 274/285).

O flagrante foi homologado pela MM' Juíza Federal Plantonista, que, naquela mesma ocasião, converteu a prisão em preventiva. A decisão foi ratificada por este juízo, que, em 03/10/2018 recebeu a denúncia contra Adélio Bispo de Oliveira, face à constatação da robusta presença de indícios de autoria e materialidade do crime tipificado no art. 20, parágrafo único, da Lei nº 7.170/83.

As investigações em torno da prática delitiva foram levadas a efeito pela Polícia Federal no bojo do IPL nº 0475/2018, quando foram requeridas as quebras de sigilo telemático, bancário e de dados do investigado (4272-85.2018.4.01.3801, 4273-70.2018.4.01.3801, 4282-32.2018.4.01.3801 e 4285-842018.4.01.3801).

Como ressaltou este juízo nas decisões deferitórias das medidas cautelares, chamou à atenção a circunstância de que, embora se encontrasse desempregado e possuir poucos recursos financeiros, Adélio Bispo de Oliveira viajava de forma frequente por várias cidades do país, possuía quatro aparelhos celulares, um notebook, e era titular de contas bancárias em três instituições financeiras diversas.

Ao relatar o IPL 0475/2018, a autoridade policial concluiu que, no dia dos fatos, o acusado teria agido sem auxílio de terceiros, entretanto, assinalou ter instaurado o IR nº 0503/2018 para, em continuação às investigações, apurar a possível participação de terceiros na prática delitiva - eventuais coautores, partícipes, instigadores e/ou incitadores - mediante o fornecimento de apoio material e/ou moral à execução do atentado.

No contexto das atuais investigações que prosseguem no bojo do IPL nº 0503/2018, foram colhidos elementos de informação que apontam para uma possível participação, no fato delituoso, da facção criminosa denominada "Primeiro Comando da Capital" (PCC). Constituindo-se fato público e notório que a vítima, Jair Messias Bolsonaro, adotou, durante todo o período de campanha eleitoral, forte discurso de combate à criminalidade no país, apresenta-se bastante coerente a hipótese investigativa levantada pela Polícia Federal.



Esse dado captado pelas equipes de investigação reacendeu um tema que fora objeto de questionamento até mesmo na imprensa e nos meios de comunicação: as evidentes inconsistências em torno da disponibilização, em favor de Adélio Bispo de Oliveira, de defesa técnica altamente qualificada, composta por advogados notoriamente reconhecidos por suas atuações em casos de grande repercussão nacional, os quais não poderiam ser custeados por Adélio Bispo de Oliveira, tampouco por sua família.

As circunstâncias sob as quais foi realizada essa contratação e, sobretudo, a identificação do financiador, que se prontificou a arcar com o pagamento de elevados honorários, está permeado de contradições e divergências. Vejamos.

O Relatório Circunstanciado nº 528/2019 (f. 279/280), que relata o momento da chegada do advogado Pedro Augusto de Lima Felipe e Possa na DPF em Juiz de Fora, após a condução de Adélio Bispo de Oliveira até aquela unidade policial, bem como a circunstância em que ocorreu o seu primeiro contato com o agressor, descreve a contradição em que o primeiro caiu ao informar ter sido procurado pela mãe do agressor:

*(...) Quando o advogado deparou com o custodiado ADELIO BISPO foi questionado pelo mesmo quem o teria solicitado para sua defesa. O advogado PEDRO disse que sua mãe havia entrado em contato como (sic) ele. **ADELIO BISPO imediatamente riu e disse que sua mãe já havia falecido há mais de dez anos.** O advogado PEDRO contrapôs dizendo que o contato fora feito através do escritório de Belo Horizonte, que ele representa na cidade de Barbacena, que por Isso não tinha a informação exata de quem contratou o grupo, que poderia ser uma tia ou outro parente qualquer. Na sequência ofereceu serviços independentes de quem o contratou e que o mesmo não se preocupasse com honorários.*

Posteriormente, o advogado Pedro Possa apresentou outra versão a respeito do patrocínio da causa: no programa de televisão denominado "Conexão Repórter", transmitido em 10/09/2018, informou ao jornalista Roberto Cabrini que a defesa estava sendo patrocinada por "um conhecido dele da Igreja (de Adélio), que o conheceu na Igreja..." e que essa pessoa estaria sofrendo ameaças.

Entretanto, a Igreja do Evangelho Quadrangular em Montes Claros, que, segundo os familiares, era frequentada por Adélio Bispo de Oliveira, negou ter custeado a contratação dos advogados para realizar a defesa do agressor.

Intimado para prestar declarações perante a autoridade policial, o advogado Pedro Possa apresentou uma terceira versão quanto ao contexto em que se realizou a contratação da defesa técnica.

Nessa ocasião, disse que recebera um telefonema do advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior, informando-lhe que havia sido contratado para atuar na defesa de Adélio Bispo de Oliveira e solicitando-lhe que se deslocasse até Juiz de Fora para prestar os primeiros atendimentos a Adélio Bispo. Acrescentou que "não foi informado pelo advogado Zanone quem havia contratado o serviço, sendo que até hoje não sabe dizer quem o contratou"; que "o advogado Zanone disse na oportunidade ao declarante que iria arcar com todas as despesas, sendo que já havia recebido uma entrada da parcela dos honorários contratados"; que "sabe dizer que o pagamento dessa primeira parcela de honorários foi feito no dia ou nos dias seguintes aos fatos"; que "ao se apresentar como advogado, Adélio Bispo perguntou inicialmente se era por conta do estado ou se seria particular, pois não teria condições de pagar, ao que o declarante esclareceu que a pessoa que o contratou teria acertado o valor dos honorários com o advogado Zanone", e que "na verdade, em momento algum falou da mãe de Adélio, apenas disse que uma pessoa ligada à família teria procurado o Dr. Zanone, ao que Adélio teria entendido que seria seu pai ou sua mãe, dizendo no ato que seus pais já havia falecido (fl. 271/275).

Ao ser questionado do motivo de tanta reserva em se revelar a identidade do contratante, Pedro Possa respondeu que "inicialmente, essa foi uma exigência do patrocinador, devendo ser observado pelos



advogados sob pena, inclusive, de responder por infração disciplinar que o contratante teme pela sua integridade física, razão pela qual insiste em se manter anônimo, segundo relatado pelo advogado Zanone" (f. 274/275).

O advogado Fernando Costa Oliveira Magalhães, que também compõe a defesa técnica de Adélio Bispo de Oliveira, ao prestar declarações perante a autoridade policial, confirmou a versão apresentada pelo seu colega, no sentido de que a contratação dos serviços advocatícios fora feita pelo patrocinador diretamente com o advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior, esclarecendo que, assim como ocorreu com Pedro Possa, também recebeu telefonema de Zanone convidando-o para integrar a defesa de Adélio Bispo de Oliveira. Afirmou que "as tratativas entre o contratante e a defesa foram feitas com Zanone Manuel, e somente com ele" (f. 276/278).

Zanone Manuel de Oliveira Júnior, por sua vez, ao prestar declarações na Polícia Federal, insistiu em manter sob sigilo a identificação do patrocinador da defesa de Adélio Bispo de Oliveira (f. 265/270).

Quanto ao contexto da contrafação, disse que "tomou conhecimento do fato por meio das redes sociais, principalmente em grupos de whatsapp de advogados e professores, tendo em vista a peculiaridade do ocorrido no ponto de vista da prática criminal; que participou de discussões jurídicas acerca do ocorrido no âmbito daquelas redes sociais, no que diz respeito à tipificação do crime e competência para o julgamento: que momentos depois foi contatado por uma pessoa que desconhecia perguntando ao declarante se este se interessaria em assumir a defesa de Adélio Bispo, então apontado como autor do atentado; que o declarante não sabe dizer se o contato se deu por telefone ou por meio de algum aplicativo de mensagem eletrônica, sendo certo que não esteve com aquela pessoa no dia 06/09/2018; que aquela pessoa se apresentou como conhecido de Adélio Bispo da cidade de Montes Claros, esclarecendo que conheceu o autor do fato criminoso em relacionamentos vividos no meio religioso naquela cidade (...); que o declarante não gostaria de declinar o nome daquela pessoa que o procurou por entender que tal dado encontra-se sob sigilo profissional e por temer pela integridade física do mesmo (...); que o declarante combinou com aquela pessoa de se encontrar no seu escritório na manhã do dia seguinte, dia 07/09/2018. Para dar um parecer jurídico e acertar os honorários; que o declarante não sabe dizer se a pessoa que o procurou se encontrava, no dia 06/09/2018, em Belo Horizonte ou em Montes Claros; que logo após aquele contato, acionou o seu colega Pedro Possa, advogado na cidade de Barbacena, solicitando que o ajudasse na causa pedindo que se deslocasse imediatamente para Juiz de Fora e se apresentasse como advogado de Adélio Bispo (...); que no dia seguinte, 07/09/2018, o declarante esteve em seu escritório pela manhã com o pessoa que o contratou; que se recorda ter recebido aquela pessoa não recepção do Hotel Mayson Royal, que funciona no mesmo prédio do escritório, esclarecendo que todo o imóvel, incluindo as salas de escritório e o hotel, pertencem ao declarante; que naquela oportunidade, após se dirigirem ao escritório, o declarante apresentou uma parecer jurídico aquela pessoa, informando quanto às consequências dos atos praticados por Adélio e o processo penal em que ele iria submeter (...); que em relação aos honorários, o declarante esclareceu que em causas semelhantes cobraria de cento e cinquenta mil reais a trezentas mil reais, dependendo se a defesa fria até o plenário do júri ou com o esgotamento de todos os recursos até ao STF; que aquela pessoa se demonstrou surpresa com o valor e perguntou o que poderia ser feito naquele primeiro momento, ao que o declarante esclareceu que para a defesa de Adélio Bispo, na fase de inquérito, poderia cobrar vinte e cinco mil reais, até o relatório final do Delegado de Polícia Federal (....) que aquela pessoa aceitou a proposta e pagou inicialmente ao declarante o valor de cinco mil reais em dinheiro, sendo que o declarante chegou a anotar em seu livro caixa, que fica em sua mesa ao lado de outros livros caixa dos seus demais negócios, o valor de vinte e cinco mil reais como valor de honorários daquela causa; que o declarante forneceu um recibo naquele valor de cinco mil reais aquela pessoa no ato, tendo sido esclarecido que o restante seria pago em outras parcelas mensais de cinco mil reais; que aquela pessoa não pagou mais nada ao declarante e desapareceu, sendo que o declarante não manteve nenhum outro contato com aquela pessoa.



Prosseguindo, o advogado mencionou que a defesa vem trabalhando com prejuízo financeiro, já que aqueles cinco mil reais iniciais recebidos não foram suficientes para cobrir os gastos até então verificados, como os relativos aos diversos deslocamentos já feitos às cidades de Juiz de Fora, Barbacena e Campos Grande, para atuar no interesse da causa. Também confirmou que os demais advogados que compõem a defesa técnica de Adélio Bispo de Oliveira não conhecem a identidade do contratante.

Embora o advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior afirme que não fora contratado por nenhuma facção criminosa ou grupo político, não se pode negar o hermético e obscuro contexto sob o qual se realizou a sua contratação.

Foi esse panorama, aliás, que motivou a apresentação de Notícia-crime pelo Deputado Federal Onyx Dornelles Lorenzoni, em face de Zanone Manuel de Oliveira Júnior, Fernando Costa Oliveira Magalhães, Marcelo Manoel do Costa e Pedro Augusto de Lima Felipe e Possa, pela prática, em tese, de crimes de organização criminosa, contra a segurança nacional, terrorismo e tributário, consoante observado pela autoridade representante (f. 261/262).

Realmente, a considerar uma das hipóteses investigativas adotada pela Polícia Federal, segundo o qual a prática delituosa pode ter sido determinada, induzida ou instigado por uma facção criminosa ou por grupo político radical, e a considerar, também, as várias versões apresentadas pelos advogados, as quais geraram dúvidas e suspeitas a respeito da identidade do patrocinador da defesa técnica de Adélio Bispo de Oliveira, é fundada a tese de que o custo dessa defesa possa estar sendo patrocinado por um representante dessa facção ou grupo.

Há que se registrar que não se está buscando, com as medidas cautelares requeridas, conhecer informações relacionadas às estratégias da defesa de Adélio Bispo de Oliveira ou aos interesses do patrocinado. Em outras palavras, não está em foco a relação advogado-cliente, que tem a proteção legal do sigilo profissional (proteção essa, aliás, que cede passo na eventual prática de delitos, cometidos no exercício da advocacia), mas, sim, a relação advogado-terceiros, que evidentemente não é alcançado pelo sigilo previsto no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (art. 70, incisos I e II).

Nesse sentido, a negativa do advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior em fornecer a identidade do mero patrocinador financeiro da causa não encontra amparo legal. Ou seja, não há vedação legal para o fornecimento de tal dado: ao contrário, há o dever de informar, em prol da tutela de um bem maior, que deve prevalecer sobre o interesse privado da relação contratual celebrada com financiador da defesa de Adélio Bispo de Oliveira.

Aliás, para não dizer que não cooperou com a justiça, o advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior declarou perante a autoridade policial que abria mão de todos os seus sigilos, fiscal, telefônico e bancário, inclusive de suas empresas (f. 270), e chegou mesmo a apresentar extratos bancários de sua conta pessoal e de suas empresas, Locações Maison Royal e Empreendimentos Z Ltda., relativos aos meses de setembro, outubro e novembro de 2018 (f. 284/308).

Todavia, como bem advertiu o MPF, os extratos apresentados por ele não excluem a possibilidade de haver contas e movimentação não reveladas espontaneamente, motivo pelo qual se afigura legítimo o interesse da autoridade representante em requerer a quebra do sigilo bancário.

Da mesma forma, é legítimo o interesse da autoridade representante na requisição do exame do aparelho celular de Zanone Manuel, por meio do qual o terceiro/contratante efetuou contato "por telefone ou por meio de algum aplicativo de mensagem eletrônica" (f. 265), assim como do meio de armazenamento do



sistema de CFTV do Hotel Maison Royal, em cuja recepção o contratante foi recebido pelo advogado na manhã do dia 07/09/2018 (f. 266), e dos livros caixas, recibos e comprovantes de pagamento nos quais foram alegadamente registrados os honorários recebidos (f. 267).

Diante do exposto, entendo que as medidas requeridas estão amparadas pela existência de um interesse público em favor da investigação empreendida e apresentam-se indispensáveis ao trabalho policial a fim de esclarecer a participação, ou não, de outras pessoas no crime de atentado praticado contra Jair Bolsonaro, delito, aliás, que causou tanto perplexidade no país e provocou irreparável desequilíbrio no processo eleitoral democrático brasileiro.

Outrossim, há que se salientar a imprescindibilidade de tais providências para o êxito das investigações, dado o esgotamento das diligências não invasivas levadas a efeito no IPL nº 0475/2018, e também das diligências invasivas já deferidas no bojo do IPL nº 0503/2018.

Por derradeiro, é acertada a ponderação do MPF quanto a excetuar da busca e apreensão o endereço do escritório onde Zanone Manuel de Oliveira Júnior exerce a advocacia.

Isto porque, em que pese a injustificada resistência do Advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior em prestar as informações necessárias para a identificação do patrocinador da defesa de Adélio Bispo de Oliveira, as representações estão motivadas em suposta prática de crime cometido pelo financiador da defesa técnica de Adélio Bispo de Oliveira - cuja identidade se busca revelar - e não pelo advogado, no exercício de sua profissão, sendo certo que somente nesta última hipótese caberia a violação de seu escritório, conforme já orientou o Supremo Tribunal Federal, segundo o qual "não opera a inviolabilidade do escritório de advocacia, quando o próprio advogado seja suspeito da prática de crime, sobretudo concebido e consumado no âmbito desse local de trabalho, sob pretexto de exercício da profissão" (Inq. 2424. Relator Min Cezar Peluso, Tribunal Pleno, DJe 26/03/2010).

Com tais considerações, acolho parcialmente as representações da autoridade policial, para determinar:

I – a quebra do sigilo bancário do advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior (CPF nº 763.848.886-53), com suporte no art. 1º, § 4º, da Lei Complementar nº 105, de 10/01/2001, mediante determinação ao Banco Central para que identifique as contas existentes em seu nome, bem como em nome das pessoas jurídicas de que é sócio, a saber, EMPREENDIMENTOS Z LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.498.390/0001-95, KABUKE SORVETES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 38.591.475/0001-72 e LOCAÇÕES MAISON ROYAL LTDA-ME., inscrita no CNPJ sob o nº 17.270.161/0001-06, a fim de que as instituições financeiras que as mantêm forneçam, em meio físico e digital, os extratos de suas movimentações no período de 06/09/2018 a 01/12/2018, com a identificação dos remetentes e dos destinatários de cada operação;

II – a expedição de mandados de busca e apreensão a serem cumpridos nas empresas do advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior, a saber, a sede da empresa LOCAÇÕES MAISON ROYAL LTDAME, localizada à Rua José Barra do Nascimento, nº 173, Eldorado, Contagem/MG (excluídas as dependências do escritório de advocacia), e a empresa KABUKE SORVETES LTDA., localizada à Rua Rio Madeira, nº 34, Riacho das Pedras, Contagem/MG, a fim de que sejam arrecadados livros caixa, recibos e comprovantes de pagamento de honorários, bem como o meio de armazenamento do sistema de CFTV do Hotel Maison Royal e o aparelho de telefonia celular de uso pessoal do alvo.

Dica, desde já, autorizado o acesso aos dados contidos nas mídias e nos equipamentos apreendidos, a fim de que possam ser periciados, na busca de elementos que guardem relação com os fatos sob apuração.



O conteúdo do aparelho de celular do alvo deverá ser objeto de espelhamento, de forma a viabilizar sua expedita devolução.

(...)

Juiz de Fora, 19/12/2018. (fls. 26/35, Id 9257946).

Como se viu acima, a autoridade impetrada partiu da equivocada premissa de que, mesmo admitindo expressamente que o advogado não está sendo investigado (fl. 402), o Estado-polícia, em investigação policial, para esclarecer a extensão subjetiva e objetiva de crimes eventualmente praticados, teria o direito e o poder de, por intermédio do Judiciário, perscrutar e investigar diretamente o próprio profissional do direito, por meio de invasiva busca e apreensão, além de quebra de sigilo bancário, visando determinar quem patrocina financeiramente a defesa do seu cliente, com objetivo expressado de verificar se existiriam coautores do crime em questão.

De fato, no caso, abertamente, o que pretendeu a autoridade policial com a anuência do Poder Judiciário foi investigar o advogado, com medidas judiciais invasivas, para com isso esclarecer quem, juntamente com o cliente do advogado, praticou determinado crime e, obviamente, em consequência, por via oblíqua, também determinar se, eventualmente, o cliente praticou outros crimes além daquele que inicialmente justificou a deflagração da persecução criminal, como seria o caso de se determinar se o cliente do advogado integraria ou não determinada organização criminosa.

Ressaltando a admiração e respeito que se dedica à autoridade judicial impetrada, não pesando contra o advogado qualquer suspeita de prática de crime, como explicitamente admite a decisão aqui enfrentada, não se pode compreender como tais medidas possam ter sido consideradas legítimas.

No caso concreto, como expressamente admite a decisão confrontada, o único fundamento fático para a invasão da privacidade do advogado situa-se nas circunstâncias da contratação de seu serviços.

Com efeito, afastando qualquer dúvida no que respeita à sua motivação, a decisão judicial sob consideração (Id 9257946) ressaltou que “chamou a atenção a circunstância de que, embora se encontrasse desempregado e possuir poucos recursos financeiros, Adélio Bispo de Oliveira viajava de forma frequente por várias cidades do país, possuía quatro aparelhos celulares, um notebook, e era titular de contas bancárias em três instituições financeiras diversas”.

Por isso, as investigações teriam continuado, com a instauração do novo IPL (503/2018), com o propósito explícito e principal de “apurar a possível participação de terceiros na prática delitiva - eventuais coautores, partícipes, instigadores e/ou incitadores - mediante o fornecimento de apoio material e/ou moral à execução do atentado” (id 9257946).

Afirma ainda, que “foram colhidos elementos de informação que apontam para uma possível participação, no fato delituoso, da facção criminosa denominada ‘Primeiro Comando da Capital’ (PCC). Constituindo-se fato público e notório que a vítima, Jair Messias Bolsonaro, adotou, durante todo o período de campanha eleitoral, forte discurso de combate à criminalidade no país, apresenta-se bastante coerente a hipótese investigativa levantada pela Polícia Federal”.

Aponta como fundamento o fato de existirem “evidentes inconsistências em torno da disponibilização, em favor de Adélio Bispo de Oliveira, de defesa técnica altamente qualificada, composta por advogados notoriamente reconhecidos por suas atuações em casos de grande repercussão nacional, os quais não poderiam ser custeados por Adélio Bispo de Oliveira, tampouco por sua família”.

O magistrado registra que é de se considerar “uma das hipóteses investigativas adotadas pela Polícia Federal, segundo a qual a prática delituosa pode ter sido determinada, induzida ou instigada por uma facção criminosa ou por grupo político radical, e a considerar, também, as várias versões apresentadas pelos advogados, as quais geraram dúvidas e suspeitas a respeito da identidade do patrocinador da defesa técnica de Adélio Bispo de Oliveira, é fundada a tese de que o custo dessa defesa possa estar sendo patrocinado por um representante dessa facção ou grupo”.



Por fim, diz que “a negativa do advogado Zanone Manuel de Oliveira Júnior em fornecer identidade do mero patrocinador financeiro da causa não encontra amparo legal. Ou seja, não há vedação legal para o fornecimento de tal dado: ao contrário, há o dever de informar, em prol da tutela de um bem maior, que deve prevalecer sobre o interesse privado da relação contratual celebrada com financiador da defesa de Adélio Bispo de Oliveira”.

Em resumo, como anotado, sem dúvida, o único fundamento fático para a invasão da privacidade do advogado seriam as circunstâncias da contratação de seu serviços, sendo que o objetivo do levantamento de seus direitos e prerrogativas teria sido, o que expressamente se admite na decisão, investigar eventual coparticipação e/ou coautoria na prática delitiva.

Pois bem.

A decisão confrontada, ao que parece, viola não apenas o direito brasileiro, mas toda a experiência acumulada no direito comparado, no que respeita às garantias que revestem a atuação do advogado.

Vejamos.

II - Direito Comparado

II-1 - O sigilo abrange também informações e comunicação de terceiros (coautores) com o advogado

No direito comparado, não remanesce nenhuma dúvida quanto à extensão, abrangência e profundidade da proteção que se deve conferir ao relacionamento cliente-advogado.

II.1.a. O Direito da Comunidade Europeia - Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

A **Corte Europeia dos Direitos Humanos** há muito pacificou o entendimento de que o advogado, na ausência de indício de que seja ele próprio autor de crime, não pode ser utilizado pelas autoridades dos Estados membros como instrumento de investigação de seu cliente, ou do delito de que ele (cliente) é acusado. Essa garantia nasce não apenas do art. 8º da Convenção Europeia de Direitos do Homem, que resguarda a privacidade do indivíduo contra ingerência do Estado, mas, também e sobretudo, assenta-se no direito do ser humano de não produzir prova contra si mesmo, incriminando-se por intermédio de seu advogado.

Mesmo no famoso caso **Michaud v. França**, em que o Tribunal, depois de sempre confirmar a impossibilidade de o advogado ser objeto de investigação, entendeu que a legislação francesa que impunha ao advogado o dever de comunicar a prática de possível delito por seu cliente, foram aqui, entretanto, impostos condicionamentos totalmente diversos do caso versado no presente *habeas corpus*, quais sejam: a obrigação apenas foi considerada legítima na circunstância de o advogado estar prestando assessoria fora dos tribunais, não conseguindo (na sua atividade de consultoria) dissuadir o cliente da prática de eventual crime de branqueamento de capitais e, mesmo assim, como se sabe, impunha-se apenas o dever de comunicar o fato a Ordem dos Advogados.

Em conclusão, a legislação francesa foi considerada compatível com as diretivas da Corte de Estrasburgo e com a Convenção Europeia de Direitos do Homem, consideradas as circunstâncias excepcionálíssimas do **caso Michaud**, ou seja, ante a possibilidade de prática de crime pelo próprio advogado (prestando assessoria fora dos tribunais) e, ainda assim, porque a Corte entendeu que não violaria a prerrogativa de sigilo profissional, considerado o filtro institucional de o advogado comunicar o fato não às autoridades do Estado, mas ao Presidente da Ordem dos Advogados, colega de profissão revestido das mesmas garantias que o advogado a quem se impõe o dever da comunicação, cabendo ao Presidente da Ordem avaliar a necessidade de repassar o fato às autoridades.^[1]

Segundo a Corte, com esse filtro permanecia hígida a prerrogativa do sigilo profissional, pois o advogado não comunicava o fato diretamente às autoridades do Estado, mas sim ao seu colega de profissão, Presidente da Ordem, que avaliaria se devida ou não a comunicação às autoridades, o que poderia não se concretizar se entendesse que na informação não houvesse suspeita de lavagem de dinheiro pelo profissional do direito, ou que a informação teria sido recebida pelo advogado no transcorrer de atividades excluídas do



escopo da obrigação legal de denuncia de suspeitas. (Michaud v. França, acórdão de 6 de dezembro de 2012, § 129).^[2]

Segundo a Corte, o Artigo 8º da Convenção Europeia sobre Direitos do Homem protege a confidencialidade de toda correspondência e comunicação entre os indivíduos, proteção reforçada quando se trata de comunicação entre advogados e seus clientes. Segundo a Corte Europeia, o Advogado é um profissional que, numa sociedade democrática, defende litigantes e não poderá realizar eficazmente essa tarefa essencial se não puder garantir a seus clientes que toda a comunicação e informação que obtenha a respeito do caso estará coberta pelo sigilo profissional. Portanto, é a relação de confiança entre eles, essencial para a realização dessa missão, que está em jogo, mas, indiretamente, com certeza, é o direito de todos a um julgamento justo, incluindo o direito de as pessoas acusadas não se incriminarem. (Michaud v. França, acórdão de 6 de dezembro de 2012, §§ 118-119).^[3]

Em resumo bem posto na revista Conjur, “De acordo com a regulamentação, o advogado só deve delatar seu cliente quando estiver prestando auxílio profissional em operações financeiras fora dos tribunais. Para a corte europeia, a norma francesa não abala a confiança do cliente no seu advogado quando se trata de processo judicial já que, quando o defensor representa seu cliente na Justiça, fica livre da obrigação. Os juízes europeus também consideraram que a norma impõe ao advogado o dever de comunicar suas suspeitas diretamente ao presidente da seccional da Ordem dos Advogados onde é associado. Para a corte, a comunicação das suspeitas ao também colega de profissão e, portanto, submetido às mesmas regras de conduta, não viola nenhuma prerrogativa profissional. Cabe então ao presidente da seccional o papel de avaliar as informações recebidas e decidir se é o caso de comunicar às autoridades policiais sobre as suspeitas de crime financeiro.”^[4]

Portanto, fora do contexto em que o próprio advogado possa estar envolvido em prática suspeita de crime, ao assessorar fora dos tribunais cliente que pretende realizar, por exemplo, alguma operação de branqueamento de capitais, a Corte de Estrasburgo tem confirmado sua jurisprudência pacífica quanto ao fato de advogado não poder ser alvo de atuação de autoridades no que toca as informações ou comunicações que manteve em razão da defesa de seu cliente. Assim foi, para citar casos conhecidos: Brito Ferrinho Bexiga Villa-Nova v. Portugal e Kopp v. Switzerland).

Este último caso (Kopp v. Suíça) é bastante significativo para o problema aqui em consideração. Cuidou-se de interceptação de comunicação do advogado não diretamente com cliente. Mas o Tribunal considerou que a violação à prerrogativa do sigilo do advogado estaria no fato de que, muito embora a autoridade suíça tenha partido do o princípio, aliás, geralmente aceito, de que o segredo profissional abrange apenas a relação entre o advogado e seus clientes, e quando no exercício da profissão, afirmando ainda que, no caso, o alvo, inclusive, era a esposa do profissional do direito, e não ele mesmo, ainda assim o Tribunal entendeu configurada a violação à prerrogativa do advogado, porque a lei suíça não indicava claramente como, em que condições e por quem deve ser feita a distinção entre questões especificamente relacionadas com o trabalho de um advogado, sob instruções de uma parte no processo, e aquelas outras que se relacionam com uma atividade diferente da do advogado.^[5]

De tudo o que foi dito, retira-se o princípio geralmente aceito nas democracias de que, mesmo não se cuidando de comunicação direta entre o cliente e o advogado, mas de comunicação/informação havida pelo advogado e terceira pessoa, desde que no desempenho da defesa e do interesse do cliente, ou, mais ainda, quando se cuida de interesse comum do cliente e terceiros, obviamente, o dever de sigilo cobre uma (comunicação cliente-advogado) como a outra informação/comunicação (advogados-terceiros). Não sendo possível especificar, numa medida invasiva, o que esteja ou não relacionado ao ofício do advogado, deve considerar-se protegida pela prerrogativa do advogado a informação ou comunicação objeto da atuação do Estado.

II.1.a.1 - Portugal

À semelhança do que ocorre em todo o mundo democrático, também em Portugal é simplesmente inadmissível e impensável que, direta ou indiretamente, o Estado-juiz, ou Estado-polícia, pretenda investigar



fatos criminosos por intermédio do escritório ou do ofício do advogado. De forma unânime, a única exceção que se abre é a de que se esteja, mediante sérios (não dissimulados) indícios, investigando o próprio advogado pela eventual prática de crime.

A razão que fundamenta essa garantia é de simples compreensão - como já foi dito: “O segredo profissional é a blindagem normativa, a garantia legal inamovível contra as tentações de se obter confissão por interposta pessoa e contra a violação do direito à intimidade. É a garantia de existência de uma advocacia que para ser autêntica, tem de ser livre e independente.”[6] Consoante o ensinamento de António Arnout, “O cliente, ou simples consultante, deve ter absoluta confiança na discrição do Advogado para lhe poder revelar toda a verdade, e considerá-lo um «sésamo» que nunca se abre.”.[7]

O Estatuto da Ordem dos Advogados de Portugal, a Lei 145/2015, estabelece expressamente, em seu artigo 76º, que (1) Não pode ser apreendida a correspondência, seja qual for o suporte utilizado, que respeite ao exercício da profissão. A exceção a essa prerrogativa situa-se apenas na hipótese de existirem indícios de prática de delito pelo próprio advogado, fazendo que ele seja, em consequência, constituído arguido (art. 76º, 4).

No que aqui mais interessa, entretanto, o Estatuto português deixa claro que a proteção e a prerrogativa do sigilo profissional cobrem não apenas as informações e as comunicações diretas com o acusado eventualmente representado pelo advogado, estendendo-se também a todos os fatos que chegaram ao seu conhecimento (do advogado), precisamente, pelo exercício de seu múnus.

Assim, em conformidade com o art. 92º do Estatuto dos Advogados portugueses, disciplinando em especificidades a prerrogativa e o dever de segredo profissional, (1) o advogado é obrigado também a guardar segredo profissional no que respeita a todos os fatos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções ou da prestação dos seus serviços.

Mais relevante ainda para o objeto do presente Mandado de Segurança é saber que o advogado, consoante a lei portuguesa, deve também guardar segredo em relação a fatos que lhe tenham sido comunicados por coautor, corréu ou cointeressado do seu constituinte ou pelo respectivo representante (art. 92º, 1, d).

Além disso, o advogado também deve guardar segredo em relação a “factos de que tenha tido conhecimento no âmbito de quaisquer negociações malogradas, orais ou escritas, em que tenha intervindo” (art. 92º, 1, f). Em outras palavras, por óbvio, ainda que o interessado não se converta em cliente do advogado, tem o profissional a obrigação guardar sigilo do que lhe foi revelado.

A obrigação de segredo profissional, em Portugal, existe ainda que o serviço solicitado ou cometido envolva ou não representação judicial ou extrajudicial, remunerado ou não, mesmo que o advogado não aceite o serviço e estende-se para todos os advogados que, direta ou indiretamente, tenham qualquer intervenção no serviço (art. 92º, 2).

Obviamente, o segredo profissional abrange ainda documentos ou outras coisas que se relacionem, direta ou indiretamente, com os fatos sujeitos a sigilo (art. 92º, 3), sendo que, em consequência de todos esses mandamentos, os atos praticados em violação ao segredo profissional não podem ser utilizados em juízo (art. 92º, 5).

Evidentemente, essa prerrogativa só será efetiva, como disposto na lei portuguesa, se abranger não apenas a comunicação e as informações advindas do próprio acusado, mas também as informações e comunicações havidas ou mantidas com corréu, ou qualquer outra pessoa relacionada aos fatos, mas que, direta ou indiretamente, apenas chegaram ao advogado em razão da defesa que ele promove em favor de seu cliente.

Como se pode inferir da disciplina portuguesa da prerrogativa e do dever de segredo profissional, o que se busca é garantir que o Estado não possa utilizar de qualquer forma o advogado e seu ofício para, indiretamente, investigar os fatos relacionados ao indivíduo. Mais ainda: é evitar, como se disse, que pela interposta pessoa do advogado e de seu ofício se obtenha, por absurdo, uma confissão não desejada, ou informações que possam ser utilizadas contra o seu cliente ou terceiros com interesses em comum (coautores e copartícipes, por exemplo).



II.1.b - Estados Unidos

A prerrogativa entre advogado-cliente está entre as garantias mais antigas, estabelecidas e conhecidas pelo direito anglo-saxão e muito especialmente no direito norte-americano. Esse privilégio permite que os clientes se comuniquem livremente com a assessoria jurídica, sem se preocuparem com a divulgação por meio de descoberta do Estado, ou a sua utilização em julgamento. Aliás, no conhecido caso **Swidler & Berlin v. United States**, 524 U.S. 399 (1998), a Suprema Corte norte-americana considerou que essa garantia de sigilo entre o advogado e o cliente (*attorney-client privilege*) se mantém mesmo depois da morte do cliente.

Segundo a Corte Suprema a confidencialidade entre cliente e advogado visa garantir e estimular que os acusados possam estabelecer uma comunicação completa e franca (*full and frank*) com seus advogados.

Para se ter ideia do alcance do sigilo profissional do advogado nos Estados Unidos, “se um advogado obtém informação de um cliente que, se descoberta, impediria outra pessoa de ser falsamente condenada por homicídio e sentenciado à morte”, mesmo assim o advogado tem a obrigação de manter o silêncio. Na verdade, são múltiplos os exemplos, naquele país, em que diversas vezes os advogados foram impedidos de testemunhar sobre informações que obtiveram no seu ofício, ainda que, em muitas situações, essas informações se revelassem essencial para algum julgamento na justiça[8].

Os advogados não são as únicas pessoas que, na sociedade, descobrem segredos. Amigos, parceiros, parentes, sócios em negócios, entre incontáveis pessoas, diariamente, obtém informações privadas com expressa ou implícita compreensão de que a informação deverá ser mantida em segredo. Contudo, essas pessoas, nos Estados Unidos como no Brasil, chamadas a juízo, têm a obrigação de prestar testemunho e revelar a informação sob pena de responderem legalmente por seu silêncio, inclusive, do ponto de vista penal. Não, contudo, os advogados, que são protegidos de qualquer injunção estatal para revelar os segredos que mantenha com seus clientes (*attorney-client privilege*).[9]

Também nos Estados Unidos, a prerrogativa garante não apenas e estritamente as comunicações entre cliente e advogado, para abranger também as comunicações e informações havidas entre terceiros com o advogado, mas que estejam, eventualmente, relacionadas ao interesse do cliente (*joint defense privilege, or common-interest rule*). Sob a doutrina do “joint defense privilege”, as partes com interesse comum em litígios reais ou potenciais contra o adversário comum (por exemplo o Estado-acusador) podem compartilhar informações privilegiadas com o advogado, sem renunciar à prerrogativa do sigilo profissional.

Assim, a doutrina do interesse comum é uma extensão da garantia do sigilo advogado-cliente. Em geral, conforme a Cortes norte-americanas têm decidido (e não apenas a Suprema Corte), a garantia do interesse comum estende o privilégio advogado-cliente a qualquer terceiro, ou parte, que tenha acesso a essas informações e mantenha comunicação com o advogado, pretendendo uma estratégia de defesa comum - **U.S. v. Schwimmer 892 F.2d 237 (2d Cir. 1989)**.

De fato, investigações complexas e sofisticadas, tanto de natureza comercial como especialmente de natureza criminal, tendem frequentemente a envolver muitos participantes e seus advogados. Nestes casos é normal que os advogados e seus múltiplos clientes queiram compartilhar informações confidenciais na busca de proteger os interesses comuns e, obviamente, pretendem que tais informações ou contato com o advogado permaneçam em segredo.

II.1.c - Alemanha

O Código de Processo Penal alemão (StPO) garante o sigilo profissional decorrente da relação entre advogados e clientes em muitos dispositivos.

No § 53, 3, do StPO, expressamente, estabelece que é legítima a recusa (*Verweigerung*) em testemunhar, dentre outros, do advogado (*Rechtsanwalt*) sobre o que, nessa condição, a eles foi confiado, ou que tenha chegado ao seu conhecimento.



O dispositivo, segundo **Wolfgang Joecks** quer proteger a relação de confiança que deve existir entre o profissional e aqueles que buscam sua ajuda e experiência.[10]

Por sua vez, o art. 160A, do StPO, estabelece que nenhuma medida de investigação (Ermittlungsmaßnahme) poderá ser adotada contra o advogado. Acrescenta que a informação que tenha sido assim alcançada não poderá ser utilizada, e todos os registros dessas informações devem ser apagados imediatamente.

Visando o controle da correção dos atos do Estado, tanto o fato da obtenção da informação ilegítima como a sua exclusão devem ficar registrados.[11]

Como se vê, no direito comparado, consideradas as experiências das sociedades mais democráticas, a proteção ao sigilo profissional é ampla e irrestrita, encontra limite apenas quando se cuide de investigar eventual prática de crime pelo próprio advogado.

Não há dúvida, pois, que, pretendendo investigar, por intermédio do advogado e seu escritório, eventual coautoria de terceiros ou participação do seu cliente em suposta organização criminosa, a decisão aqui sob consideração jamais seria admitida no âmbito do direito comparado, especialmente, quando se consideram as nações constitucionalmente mais democráticas e que têm servido de parâmetro para o próprio direito brasileiro.

III - A Constituição e a legislação brasileira

No que aqui mais interessa, quando se considera a própria e específica legislação brasileira que disciplina a matéria, evidentemente, a decisão desrespeitou as prerrogativas do advogado, seus direitos fundamentais, especialmente, a privacidade e intimidade, além de confrontar a jurisprudência pacificamente construída sobre a matéria. Vejamos.

A Constituição brasileira, depois de proteger os direitos de personalidade de todos os brasileiros e estrangeiros aqui residentes, estabelece que o advogado é indispensável à administração da Justiça e garante a ele a inviolabilidade de seus atos e manifestações no exercício da profissão (cito):

Art. 5º

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

(...)

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;



(...)

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Por sua vez, o Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/1994), regulamentando o comando constitucional, estabelece as condições e as vedações que devem ser obedecidas no caso de quebra da inviolabilidade do escritório ou do local de trabalho do advogado (cito):

Art. 7º São direitos do advogado:

I - exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional;

II – a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia;

(...)

XIX - recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional;

(...)

*§ 6º Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em qualquer hipótese, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes.*

§ 7º A ressalva constante do § 6º deste artigo não se estende a clientes do advogado averiguado que estejam sendo formalmente investigados como seus partícipes ou co-autores pela prática do mesmo crime que deu causa à quebra da inviolabilidade.(grifos ausentes no original)

Como se vê, para além da quebra da prerrogativa de sigilo, expressamente, a lei proíbe qualquer utilização de informações sobre os clientes, bem como veda a utilização de instrumentos de trabalho do advogado que contenham informações sobre seus clientes. Não importa, pois, se tais informações foram obtidas diretamente de clientes ou de terceiros, pois, o que se veda é que o Estado se utilize, na ausência de indício de crime pelo advogado, do escritório, dos instrumentos, das informações e contatos do profissional, alcançados precisamente para e em razão da defesa de seu cliente, como instrumento de persecução criminal.

Ao contrário do que parece ter inspirado a decisão confrontada, a lei, pois, veda a utilização de informações que, mesmo não tendo sido fornecidas diretamente pelo cliente do advogado, digam respeito a seus interesses específicos, ou mesmo quando, obviamente, implicam interesse comum com outras pessoas.

Não se pode ainda esquecer que, em todas essas circunstâncias, a prerrogativa do advogado é também um direito seu, que visa proteger a confiança que outras pessoas depositarão no profissional em situações futuras. Portanto, há no caso o interesse específico do advogado quanto à respeitabilidade de seu escritório e profissão (Constituição da República, art. 5º, XIII), que não se confunde com o interesse de defesa de seu cliente.



Por outro lado, a quebra do sigilo profissional, sem que o advogado seja ele mesmo objeto de investigação, é uma grave violação que o Estado impõe à relação de confiança que os cidadãos depositam e devem poder depositar nesse profissional, que a própria Constituição reconhece ser essencial à administração da justiça. De fato, a administração da justiça ficará absolutamente deslegitimada e desacreditada quando os cidadãos passarem a duvidar da confiança que podem guardar em relação ao advogado.

Há, como se sabe, nas democracias, segredos que o indivíduo pode confiar (com garantia de reserva) a advogados, jornalistas, médicos e clérigos, correspondendo a fatos muitas vezes mantidos fora do conhecimento até mesmo de seus entes mais próximos. No caso do devido processo legal, no âmbito da administração da justiça, cabe ao advogado, e só a ele, no interesse da melhor defesa de seu cliente, decidir se tais confidências devem ou não ser expostas ao Estado ou a terceiras pessoas.

Com efeito, em nenhuma democracia se impõe ao indivíduo a obrigação de confessar sua intimidade e nem mesmo os seus crimes, seja diretamente, seja por intermédio de pessoas e profissionais de quem oficialmente se espera segredo (jornalistas, advogados, médicos, psicólogos ou clérigos). Em todos esses casos, obviamente, a proteção e a prerrogativa de sigilo desses atores se justificam diante de valores mais elevados, quais sejam: no caso dos jornalistas, a liberdade de expressão; no caso dos médicos, a saúde; no caso dos clérigos, a liberdade religiosa; e no caso dos advogados, o devido processo legal e a justiça.

Portanto, o sigilo que, a princípio, parece contraditório com a verdade, a liberdade e a justiça, mostra-se em muitos casos não apenas compatível com esses valores, mas até mesmo uma sua condição de possibilidade, pois a maioria das pessoas não confessaria fatos a jornalistas, a médicos, ou a advogados, permitindo que pelo menos parte da verdade e da justiça venha à luz, se soubesse que o seu segredo, repassado a um desses profissionais, pudesse, posteriormente, pela mão forte do Estado, ser de alguma forma devassado, para impor-lhe com isso algum prejuízo ou sofrimento.

É por essas razões essenciais que todas as mais respeitadas democracias protegem quase de forma absoluta o sigilo profissional de advogados, médicos, jornalistas, psicólogos e clérigos. Em todo o mundo democrático, as Constituições resistem ao interesse permanente do Estado-polícia de fazer, diretamente ou por meios oblíquos, o advogado, o médico ou o jornalista abrir mão de seu sigilo profissional para revelar o que apenas tiveram conhecimento em razão de seu ofício.

IV – O âmbito de proteção da prerrogativa do sigilo profissional e o caso concreto

Também a jurisprudência brasileira tem reconhecido que o conjunto de direitos e liberdades civis que estão sob a proteção exclusiva do direito de defesa, no caso muito especial da advocacia criminalista, estaria completamente comprometido se o advogado fosse obrigado a desempenhar suas funções sob a permanente vigília, censura ou necessidade algum juízo de consentimento jurídico ou ético dos órgãos de persecução criminal.

Aquele que procura o advogado deve ter a certeza de que toda e qualquer informação colocada à consideração de seu ofício e mister está, a princípio, resguardada pela proteção do sigilo profissional.

Por outro lado, o advogado, por ser indispensável à administração da justiça (art. 133 da Constituição da República), deve ter a tranquilidade e a certeza de que, no desempenho de suas funções, desde que não esteja praticando ele mesmo algum delito criminal, não será objeto de perseguição a qualquer título por parte do Estado, ou por parte de terceiros. É precisamente isso que o constituinte de 1988 quis afirmar quando prescreveu que o advogado, por ser indispensável à justiça, é inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão (art. 133, Constituição da República).

Quanto ao caso concreto, obviamente, a princípio, ninguém comete qualquer crime por se dispor a patrocinar financeiramente os serviços de advogado em favor de terceiro. Aliás, o mesmo se diga quando alguém se ponha a patrocinar os serviços de saúde, de educação, ou alimentação de terceira pessoa.

Como se viu, apesar de, inicialmente, ter concluído que o investigado Adélio teria agido sozinho, a autoridade instaurou outro inquérito para averiguar a possibilidade de suposta participação da organização criminosa PCC na empreitada criminosa mediante auxílio material, ou moral. Segundo o magistrado, na sequência das investigações conformadas no IPL 503/2018, teriam sido colhidos elementos que indicariam a participação da facção criminosa PCC. Contudo, na decisão aqui confrontada, jamais se indicou qualquer indício dessa participação.



O magistrado, então, somou a esse fato o que ele designa de “inconsistências em torno da disponibilização de defesa técnica qualificada composta de advogados notoriamente reconhecidos por suas atuações em caso de grande repercussão nacional, os quais não poderiam ser custeados pelo Adélio Bispo de Oliveira” (fl. 23), para concluir pela possibilidade de levantar os sigilos dos advogados, sob a consideração ainda de que as circunstâncias sob as quais foi realizada essa contratação e, sobretudo, a identificação do financiador, que se prontificou a arcar com o pagamento de elevados honorários, está permeada de contradições e divergências.” (fl. 24).

O juízo *a quo*, em sua decisão, apesar de expressamente afirmar que o advogado não está sob suspeita de prática delituosa, compreendeu adequado e legítimo questioná-lo sobre as circunstâncias em que foi contratado. Mais do que isso, o magistrado, na sequência, expressamente, baseia a sua decisão em favor das medidas invasivas à esfera privada do advogado em supostas contradições mantidas pelo advogado quando chamado a explicar as circunstâncias de sua contratação.

Contudo, obviamente, consideradas as garantias reconhecidas em todo o mundo democrático em favor do ofício do advogado, o Estado-polícia, ou o Estado-juiz, não tem legitimidade, ausente qualquer suspeita inicial de prática de crime pelo advogado, para obrigar o advogado a explicar e justificar as condições e/ou circunstâncias em que aceita defender esse ou aquele arguido.

O advogado, como se viu, não tem a mínima obrigação de revelar as condições em que contratados ou concretizados os seus serviços. De qualquer sorte, não obstante o juízo de primeira instância, para justificar a sua decisão, afirme que não está em foco a relação advogado-cliente, pois, segundo entende, não estaria investigando as estratégias de defesa de Adélio de Oliveira, o que se verifica é, precisamente, o contrário.

Em verdade, a conclusão do magistrado de que, por entender “hermético e obscuro” o contexto sob o qual se realizou a contratação do profissional, estaria justificada a medida constritiva contra os seus direitos fundamentais, revela-se, evidentemente, por tudo o que se viu, incompatível com a Constituição, pois, no caso, por óbvio, é inadmissível que a polícia e o Judiciário pretendam investigar determinado conduta criminosa, e isso de forma aberta e direta, por intermédio do advogado que realiza a sua defesa.

Repisando o óbvio, não pode o Estado valer-se do advogado para alcançar eventuais participes de um crime e muito menos para sindicá-lo se o seu cliente praticou ou não outras condutas delituosas, como seria o caso de integrar alguma organização criminosa.

Ao perquirir quem contratou o advogado, sem que haja indícios da participação do próprio profissional em prática delituosa, além de imiscuir-se no núcleo essencial da relação advogado-cliente, o que pretendem os órgãos de persecução, com a anuência do Judiciário, é sem dúvida, investigar, por intermédio do ofício do advogado, além da participação de outros atores no crime, se o próprio cliente do advogado não teria praticado outros ilícitos, como seria o caso de integrar eventual organização criminosa, à qual a polícia imputa a suspeita de estar financiando a sua defesa técnica.

Em suma, o magistrado está consentindo, sem dúvida e abertamente, com a possibilidade de que a invasão da esfera privada do advogado seja utilizada como meio e instrumento de investigação do fato principal (visando descobrir coautores da tentativa de homicídio), permitindo, ainda, sem dúvida, que seja escrutinada a real participação do acusado em eventuais práticas delituosas.

Não é difícil perceber que, à semelhança do caso presente, em diversas outras situações, a possibilidade de o Estado levantar o sigilo do advogado para saber quem o contrata e as condições de sua contratação conduzirá, inevitavelmente, descortinar a culpa e a extensão da participação no delito não apenas e eventualmente de quem o contratou, mas também do próprio investigado/acusado.

Se o Estado-polícia ou o Estado-juiz resolver investigar alguém quanto à origem dos valores que suportam sua atividade, evidentemente, deve antes demonstrar que o próprio despende e/ou o recebimento desses valores já são em si mesmos criminosos, como seria o caso de alguém pagar o médico de outra pessoa como forma de lavagem de ativos.

Não havendo nos autos qualquer demonstração de que o advogado praticou algum delito ao receber os valores, não tem o Estado-polícia, assim como não tem o Estado-juiz, não importando o patrocinador, o



direito de impor-lhe limitações ao seu direito-dever de sigilo, ou à privacidade de suas movimentações bancárias e comerciais.

A atividade do advogado, especialmente advocacia criminalista, consiste em ofício e profissão de alto risco. Essa situação crítica apenas se agrava ante a incompreensão da sociedade e a má vontade dos órgãos do Estado. Com efeito, a advocacia na área penal destina-se à proteção de interesses que, na maior parte do tempo, são mal vistos pela sociedade. E não obstante, culpado ou inocente, todos têm direito a melhor defesa técnica possível.

No caso concreto, explorando ao máximo as suspeitas levantadas na decisão combatida, ainda que desperte a censura moral do homem comum, o advogado, sem razão plausível para tanto, não tem que se travestir em órgão de perseguição criminal para questionar a origem financeira de seus honorários. A menos que o direito brasileiro, em um surto de irracionalidade, torne criminoso o simples fato de um advogado ser contratado por pessoa sabidamente criminoso (o que é comum à prática da advocacia criminal e todos, culpados ou não, têm direito à defesa técnica), evidentemente, o advogado não pode ser investigado pelo simples fato de ter sido contratado por quem quer que seja, mesmo que se suspeite integrante de organização criminosa.

Aliás, a Constituição, ao garantir o direito de defesa técnica para qualquer indivíduo, obviamente, pretende que o devido processo legal eleve-se como garantia não apenas em favor das pessoas consideradas inocentes, mas muito especialmente daquelas pessoas que de regra a sociedade e os órgãos de perseguição criminal compreendem e rotulam como criminosas.

E tudo isso apenas para argumentar, pois, insista-se, não há na decisão enfrentada indício de que os honorários do advogado tenham sido financiados por organização criminosa.

Por outro lado, em outra hipótese absolutamente plausível para o caso concreto, é perfeitamente possível que alguém que tenha o interesse em financiar a defesa técnica de determinado acusado não tenha qualquer interesse em ver o seu nome revelado. Não sendo em si ilícito esse patrocínio, não pode o Estado entender direito seu sindicarem essa relação entre advogado e seu cliente.

Pode também ser a hipótese (conhecida entre profissionais do direito) de caso cuja repercussão nacional e internacional desperta a atenção e o interesse de advogados renomados, os quais, entretanto, obviamente, não gostariam de tornar público o fato de estarem defendendo graciosamente cliente acusado de crime que atraiu a repulsa de toda sociedade. De qualquer sorte, não tem o Estado o direito de questionar as intenções e/ou o patrocínio do advogado.

Numa ou noutra situação, como evidenciado no estudo do direito comparado, a conclusão a que sempre se chegará é que, evidentemente, o Estado não pode, de forma alguma, valer-se do Advogado ou de seu Escritório, como forma de investigar determinada prática criminosa.

Em resumo, será sempre possível que, praticado determinado crime, o Estado alcance apenas um ou alguns de seus autores, ficando desconhecidos inicialmente os outros partícipes da prática criminosa. Em tais circunstâncias não é admissível que Estado pretenda desvendar aqueles que não foram inicialmente revelados por intermédio de investigação do próprio advogado.

Evidentemente, em tais circunstâncias, seria um caminho bastante simples e fácil para o Estado, mas totalmente ilegítimo, buscar através da quebra do sigilo profissional e da privacidade do advogado, alcançar os demais integrantes da prática criminosa. Não é necessário grande apuro intelectual para perceber, posta assim a questão, que, por evidente, tal situação configuraria absoluta violação das prerrogativas do advogado.

De outra parte, se fosse o caso, e não há nada na decisão que o indique, não se pode esquecer que o eventual coautor que, estando livre, patrocina os serviços advocatícios da pessoa enclausurada é, a princípio, simultaneamente, também cliente dos serviços do advogado, com sua própria liberdade em causa, fazendo incidir todas as prerrogativas da atividade advocatícia. Não há, em tal circunstância, que parece ser aquela intuída pela autoridade judicial, como destacar como cliente dos serviços advocatícios apenas aquele que foi capturado, na medida em que evidentemente o advogado patrocina também os interesses e direitos fundamentais daquele que se encontra em liberdade. Não havendo conflito entre interesses do cliente com os outros agentes, não há nessa conduta qualquer censura ética.



De fato, como vimos, no mundo democrático, a garantia do sigilo profissional do advogado alcança também a proteção de informações e/ou comunicação de terceiros com o advogado, desde que, à semelhança do que sugerido pela autoridade policial, possam ter interesses comuns com o cliente do advogado no que tange ao fato investigado. Assim, como vimos acima, além dos Estados Unidos, a lei portuguesa também salvaguarda o segredo profissional do advogado em relação a fatos que lhe tenham sido comunicados por coautor, corréu ou cointeressado do seu constituinte ou pelo respectivo representante (art. 92º, 1, d, da lei 145/2015 portuguesa).

A proteção do sigilo profissional do advogado obviamente também deriva do direito de ninguém ser obrigado a produzir prova contra si mesmo. Caso o advogado da parte tivesse a obrigação de revelar alguma informação que prejudique o seu cliente, direta ou indiretamente, obtida dos serviços a ele prestados, obviamente seria o próprio cliente que estaria a sofrer a pior das consequências. Nessa hipótese todo advogado teria, por absurdo, que advertir seu cliente que, em razão da sua contratação, toda a comunicação que mantivessem e tudo que lhe fosse comunicado (pelo próprio investigado, ou terceiro) poderia ser utilizado contra ele.

De fato, como já se disse, não há como selecionar o que, depois de invadida a esfera privada do advogado, será ou não prejudicial ao seu mandatário. Na dúvida permanece, contudo, o dever e a garantia do sigilo. No caso concreto, de qualquer forma, é lógico que saber quem patrocina o cliente do advogado é informação que, sem sombra de dúvida, será usada contra o próprio cliente, na acusação contra ele movida.

Também a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não deixa dúvida quanto à impossibilidade de se sindicarem a origem dos honorários advocatícios. Em decisão conhecida, o Min. Ricardo Lewandowski, expressamente, determinou a impossibilidade de que o advogado seja chamado a explicar a origem do dinheiro recebido a título de honorários (transcrevo):

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 129.569 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

PACTE.(S) : BEATRIZ LESSA DA FONSECA CATTI PRETA

IMPTE.(S) : MARCUS VINÍCIUS FURTADO COELHO E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - CPI DA PETROBRAS

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Nacional, em favor da advogada Beatriz Catti Preta, em que se indica como autoridade coatora o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, o qual aprovou convocação da paciente para explicar a origem do dinheiro recebido a título de honorários, por meio do Requerimento 947/2015-CIPETRO.

Sustenta, a OAB Nacional, em síntese, que o ato impugnado afronta prerrogativas inerentes à advocacia, em especial a inviolabilidade do sigilo profissional (arts. 7º, XIX, 34, VII da Lei Federal 8.906/94), cuja violação constitui, inclusive, crime previsto no art. 154 do Código Penal.

Aponta, ainda, desrespeito à garantia constitucional ao livre exercício profissional (arts. 5º, XII e 170 da Constituição), ressaltando que “a origem dos honorários não é matéria sindicável, não é possível inspecioná-la, sob pena de ferir o direito do cidadão a uma defesa independente e ativa” (pg. 10).

Por fim, pede o deferimento de medida liminar e, no mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É o breve relatório. Decido.



A Constituição da República preceitua que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei (art. 133).

E, de acordo com a legislação federal que rege as suas atividades, é direito do advogado “recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional”, sob pena de incorrer em infração disciplinar (arts. 7º, XIX e 34, VII, da Lei 8.906/94) e no crime tipificado no art. 154 do Código Penal.

Com efeito, para se preservar a higidez do devido processo legal, e, em especial, o equilíbrio constitucional entre o Estado-acusador e a defesa, é inadmissível que autoridades com poderes investigativos desbordem de suas atribuições para transformar defensores em investigados, subvertendo a ordem jurídica. São, pois, ilegais quaisquer incursões investigativas sobre a origem de honorários advocatícios, quando, no exercício regular da profissão, houver efetiva prestação do serviço.

Ressalto que, ao debruçar-se sobre a matéria em questão, o Ministério Público Federal, em parecer do Procurador-Geral da República, assevera que:

“A lei antilavagem – frise-se bastante esse ponto – não alcança a advocacia vinculada à administração da justiça, porque, do contrário, se estaria atingindo o núcleo essencial dos princípios do contraditório e da ampla defesa” (ADI 4.841/DF, Rel. Min. Celso de Mello – grifei).

Por fim, conforme assentei no Plenário desta Suprema Corte, “a imunidade profissional é indispensável para que o advogado possa exercer condigna e amplamente seu múnus público” (ADI 1.127/DF).

Em face do exposto, defiro a ordem para que (i) a paciente seja desobrigada de prestar quaisquer esclarecimentos à CPI (ou a qualquer outra autoridade pública) a respeito de questões relacionadas a fatos que tenha tido conhecimento em decorrência do regular exercício profissional; e (ii) seja preservada a confidencialidade que rege a relação entre cliente e advogado, inclusive no que toca à origem dos honorários advocatícios percebidos, notadamente para resguardar o sigilo profissional dos advogados e o direito de defesa.

Comunique-se, com urgência.

Publique-se.

Brasília, 30 de julho de 2015.

Ministro RICARDO LEWANDOWSKI Presidente

Em Ação Direta de Inconstitucionalidade, o Plenário do Supremo também assentou a inviolabilidade do ofício do advogado:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994. ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. DISPOSITIVOS IMPUGNADOS PELA AMB. PREJUDICADO O PEDIDO QUANTO À EXPRESSÃO “JUIZADOS ESPECIAIS”, EM RAZÃO DA SUPERVENIÊNCIA DA LEI 9.099/1995. AÇÃO DIRETA CONHECIDA EM PARTE E, NESSA PARTE, JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

I - O advogado é indispensável à administração da Justiça. Sua presença, contudo, pode ser dispensada em certos atos jurisdicionais.



II - A imunidade profissional é indispensável para que o advogado possa exercer condigna e amplamente seu múnus público.

III - A inviolabilidade do escritório ou do local de trabalho é consectário da inviolabilidade assegurada ao advogado no exercício profissional.

IV - A presença de representante da OAB em caso de prisão em flagrante de advogado constitui garantia da inviolabilidade da atuação profissional. A cominação de nulidade da prisão, caso não se faça a comunicação, configura sanção para tornar efetiva a norma.

V - A prisão do advogado em sala de Estado Maior é garantia suficiente para que fique provisoriamente detido em condições compatíveis com o seu múnus público.

VI - A administração de estabelecimentos prisionais e congêneres constitui uma prerrogativa indelegável do Estado.

VII - A sustentação oral pelo advogado, após o voto do Relator, afronta o devido processo legal, além de poder causar tumulto processual, uma vez que o contraditório se estabelece entre as partes.

VIII - A imunidade profissional do advogado não compreende o desacato, pois conflita com a autoridade do magistrado na condução da atividade jurisdicional.

IX - O múnus constitucional exercido pelo advogado justifica a garantia de somente ser preso em flagrante e na hipótese de crime inafiançável.

X - O controle das salas especiais para advogados é prerrogativa da Administração forense.

XI - A incompatibilidade com o exercício da advocacia não alcança os juízes eleitorais e seus suplentes, em face da composição da Justiça eleitoral estabelecida na Constituição.

XII - A requisição de cópias de peças e documentos a qualquer tribunal, magistrado, cartório ou órgão da Administração Pública direta, indireta ou fundacional pelos Presidentes do Conselho da OAB e das Subseções deve ser motivada, compatível com as finalidades da lei e precedida, ainda, do recolhimento dos respectivos custos, não sendo possível a requisição de documentos cobertos pelo sigilo.

XIII - Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente. (ADI 1127, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 17/05/2006, DJe-105 DIVULG 10-06-2010 PUBLIC 11-06-2010 EMENT VOL-02405-01 PP-00040 RTJ VOL-00215-01 PP-00528, grifos acrescidos)

Além do mais, o STF consagrou, corretamente, a regra da especificidade, no sentido de que, mesmo havendo possibilidade de investigação no Escritório do Advogado, é indispensável a especificação do âmbito de abrangência da medida, que não poderá ser executada sobre a esfera de direitos de não investigados”.

Em outras palavras, ainda que fosse possível investigar o advogado, o que não é o caso presente, mesmo assim a medida constritiva deveria delimitar a sua abrangência objetiva e subjetiva, de modo a não atingir pessoas que não são objeto da ação do Estado. Assim, ao quebrar o sigilo telefônico e bancário do advogado, sem qualquer limitação, a autoridade policial, com a autorização do Judiciário, obterá informações de todos os clientes do advogado, que obviamente nada têm que ver com o objeto da investigação policial em causa. Transcreve-se a seguir decisão do STF (cito):



HABEAS CORPUS. BUSCA E APREENSÃO FUNDAMENTADA. VERIFICAÇÃO DE QUE NO LOCAL FUNCIONAVA ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO MAGISTRADO ANTES DA EXECUÇÃO DA MEDIDA. IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO EM SITUAÇÃO DISTINTA DAQUELA DETERMINADA NA ORDEM JUDICIAL. NULIDADE DAS PROVAS COLHIDAS. ORDEM CONCEDIDA.

1. O sigilo profissional constitucionalmente determinado não exclui a possibilidade de cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia. O local de trabalho do advogado, desde que este seja investigado, pode ser alvo de busca e apreensão, observando-se os limites impostos pela autoridade judicial.

2. Tratando-se de local onde existem documentos que dizem respeito a outros sujeitos não investigados, é indispensável a especificação do âmbito de abrangência da medida, que não poderá ser executada sobre a esfera de direitos de não investigados.

3. Equívoco quanto à indicação do escritório profissional do paciente, como seu endereço residencial, deve ser prontamente comunicado ao magistrado para adequação da ordem em relação às cautelas necessárias, sob pena de tornar nulas as provas oriundas da medida e todas as outras exclusivamente delas decorrentes.

4. Ordem concedida para declarar a nulidade das provas oriundas da busca e apreensão no escritório de advocacia do paciente, devendo o material colhido ser desentranhado dos autos do INQ 544 em curso no STJ e devolvido ao paciente, sem que tais provas, bem assim quaisquer das informações oriundas da execução da medida, possam ser usadas em relação ao paciente ou a qualquer outro investigado, nesta ou em outra investigação.

(HC 91610, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 08/06/2010, DJe-200 DIVULG 21-10-2010 PUBLIC 22-10-2010 EMENT VOL-02420-02 PP-00237 RTJ VOL-00216-01 PP-00346)

O Superior Tribunal de Justiça tem resguardado a prerrogativa dos advogados contra indevidas intervenções que não estejam cobertas pela única exceção prevista na própria lei (art. 7º, § 6º, da Lei 8906), nomeadamente, a existência de indícios consistentes de que o próprio advogado tenha praticado crime. Assim, não havendo indício de prática de crime pelo próprio advogado, não se admite medidas invasivas contra a sua pessoa (cito):

HABEAS CORPUS. BUSCA E APREENSÃO EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. DOCUMENTOS APREENHIDOS QUE DERAM ORIGEM A NOVA INVESTIGAÇÃO, CONTRA PESSOA DIVERSA, NÃO RELACIONADA COM O FATO INICIALMENTE APURADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PACIENTE QUE NÃO ESTAVA SENDO FORMALMENTE INVESTIGADO.

1. Consoante o disposto nos §§ 6º e 7º do art. 7º da Lei n.8.906/1994, documentos, mídias e objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes, somente poderão ser utilizados caso estes estejam sendo formalmente investigados como partícipes ou coautores pela prática do mesmo crime que deu causa à quebra de inviolabilidade. No caso, o paciente não estava sendo formalmente investigado e o crime ora apurado não guarda relação com o estelionato judiciário (que originou a cautelar de busca e apreensão).



2. Ordem concedida em parte, para afastar do Inquérito Policial n. 337/09, instaurado contra o paciente, a utilização de documentos obtidos por meio da busca e apreensão realizada no escritório do advogado do paciente.

(HC 227.799/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2012, DJe 25/04/2012)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTELIONATO, QUADRIALHA, FALSIDADE E USO DE DOCUMENTO FALSO. BUSCA E APREENSÃO AUTORIZADA NA RESIDÊNCIA DOS INVESTIGADOS. AUSÊNCIA DE REPRESENTANTE DA OAB NO ACOMPANHAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. DOMICÍLIO QUE NÃO ERA EXTENSÃO DO LOCAL DE TRABALHO. PREMISSA FÁTICA FIRMADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO EM SEDE MANDAMENTAL.

1. A teor do art. 7º, II, do Estatuto da Advocacia, é direito do advogado a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia. No entanto, presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB (§ 6º do art. 7º do mesmo diploma legal).

2. No caso, as instâncias ordinárias afirmaram que a residência dos investigados não seria extensão do local de trabalho, o que impediria a aplicação do dispositivo legal em exame. Por outro lado, modificar a premissa fática estabelecida na origem de que o local onde foram executados os mandados de busca e apreensão e, conseqüentemente, apreendidos documentos (residência dos pacientes), não era escritório ou local de trabalho, demandaria o revolvimento do material fático/probatório dos autos, o que é inviável em sede do remédio constitucional.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 349.811/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)

No caso presente, a medida adotada em nada se legitima com o fato de o mandado de Busca e Apreensão ter excluído as dependências do escritório de advocacia, porquanto inadmissível era a investigação sobre o próprio advogado. Aliás, se fosse legítima a investigação sobre o advogado, não haveria qualquer impedimento de alcançar também o seu escritório.

Verifica-se que no documento de fls. 40/41 (Id 9257946) a autoridade policial fez constar que “Foi dado amplo acesso pelo advogado Zanone aos locais de busca. O advogado, mesmo ciente de não haver mandado de busca para seu escritório de advocacia, franqueou acesso para (...), exclusivamente, o item 3 deste mandado”. Vê-se, inclusive, que estava presente o Vice-Presidente da OAB/MG que assinou o documento.

Aqui, a princípio, a autorização do advogado não teria qualquer relevância jurídica quanto a elementos de prova que possam dizer respeito ao seu cliente e/ou às pessoas que, tendo com ele interesses comuns no fato investigado, eventualmente, procuraram os serviços do advogado (copartícipes e coautores), porque, evidentemente, como se viu, o sigilo visa resguardar também e principalmente o interesse dos



clientes, e não apenas o interesse do advogado. Não se podendo esquecer que, inclusive, o advogado que permite a revelação de informações referentes a seus clientes pode ser acusado de cometer o crime previsto no art. 154, do CPP, violação do segredo profissional.

Além do mais, desde o início, por tudo o que se disse, ilícita já era a conduta da polícia de buscar informações sobre a atuação, ofício e privacidade do advogado sem qualquer fundamento legal para tanto.

Além disso, o art. 7º, do Estatuto do Advogado, Lei 8.906/94, expressamente, consagra a amplitude do sigilo profissional, prescrevendo ser direito do advogado recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional;

No caso, ficou bem claro que não há crime atribuído ao advogado ou à banca de advogados. Aliás, é patente que o advogado está sofrendo as medidas invasivas em virtude de sua atuação profissional na defesa de cliente.

Com efeito, o direito à imunidade do advogado no exercício da advocacia cuida-se de prerrogativa legal a qual deve ser observada e resguardada, desde que se trate de ato legítimo relacionado ao exercício da advocacia.

O STF já decidiu:

Habeas Corpus. 2. Quebra de sigilo bancário e telefônico. Alegação de que as decisões proferidas pelo magistrado de primeiro grau não foram devidamente motivadas, por terem apresentado mera menção às razões expostas pelo Parquet. 3. Ausência de decisão com fundamentos idôneos para fazer ceder a uma excepcional situação de restrição de um direito ou garantia constitucional. 4. Prova ilícita, sem eficácia jurídica. Desentranhamento dos autos. 5. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nesta parte, deferido. (HC 96056, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 28/06/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-089 DIVULG 07-05-2012 PUBLIC 08-05-2012 RT v. 101, n. 922, 2012, p. 710-718)

No caso, é imperioso concluir que a alusão ao “requerimento” do *Parquet* e/ou da autoridade policial não se mostra suficiente para legitimar a quebra do sigilo telefônico e bancário dos pacientes. A referência – argumento de autoridade – não passa pelo crivo da proporcionalidade, na medida em que não apresenta motivação idônea para fazer ceder a essa situação excepcional de ruptura da esfera da intimidade de quem se encontra sob investigação.

Na espécie, em momento algum, o magistrado de primeiro grau aponta fatos concretos que justifiquem a real necessidade da quebra desses sigilos. Nesse sentido, colho excerto da ementa do MS n. 23.452/RJ, de relatoria do Min. Celso de Mello, na qual idêntica premissa foi assentada relativamente às comissões parlamentares de inquérito:

“O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) - ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política - não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV). - As deliberações de qualquer Comissão



Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais (RTJ 140/514), quando destituídas de motivação, mostram-se írritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal. - O caráter privilegiado das relações Advogado-cliente: a questão do sigilo profissional do Advogado, enquanto depositário de informações confidenciais resultantes de suas relações com o cliente” - (MS n. 23.452/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 12.5.2000).

Por sua vez, a Constituição Federal, em seu art. 5º, LVI, veda expressamente o uso da prova obtida ilicitamente nos processos judiciais, no intuito precípua de tutelar os direitos fundamentais daqueles indivíduos atingidos pela persecução penal.

A argumentação contida da decisão impugnada, no sentido de que “as representações estão motivadas em suposta prática de crime cometido pelo financiador da defesa técnica de Adélio Bispo de Oliveira - cuja identidade se busca revelar - e não pelo advogado, no exercício de sua profissão” igualmente não justifica a medida invasiva perpetrada, pois a posição do mencionado “financiador” da defesa confunde-se com a do cliente na medida em que ao proceder ao pagamento dos honorários, a princípio, o “financiador” poder manifestar interesse comum com a do próprio cliente do advogado.

A vingar, pois, a tese de que partiu a autoridade policial para requerer o levantamento do sigilo do profissional, no sentido de que o financiador dos honorários poderia ser uma organização criminosa copartícipe do crime eventualmente cometido pelo cliente do advogado, nessa específica situação, obviamente, não há dúvida, o que se estaria a fazer é investigando o crime e seus possíveis autores por intermédio do advogado. A finalidade expressamente revelada na medida judicial sob consideração, obviamente, viola em todos os sentidos as salvaguardas e razão de ser do sigilo funcional do advogado.

Sem sombra de dúvida, os órgãos de persecução criminal, nos Estados democráticos, devem valer-se de suas capacitações e inteligência para encontrar outros instrumentos de investigação de determinado crime que não seja esquadrihar, revolver e dificultar a vida profissional advogado, invadindo a sua privacidade.

Assim, mesmo ressaltando a admiração que se dedica à autoridade judicial impetrada, à míngua da demonstração da existência concreta de causa provável (possível prática de delitos pelo advogado) que legitimasse a quebra do sigilo profissional do profissional, a decisão não merece prosperar.

O *fumus boni iuris* está patente em razão das potenciais ilegalidades e teratologias acima apontadas na decisão impugnada.

O *periculum in mora*, por sua vez, justifica-se pela apreensão, em 21/12/2018, de objetos (aparelho celular) e documentos necessários à prática do exercício da advocacia pelo representado. Com efeito, desde a quebra do sigilo e a busca e apreensão contra o advogado, os órgãos de persecução penal estão em condição de obter informações danosas contra o advogado, contra terceiros e mesmo contra o seu cliente.

Portanto, deve-se deferir a liminar pleiteada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, para suspender a decisão aqui confrontada, pelo menos até a deliberação pela Eg. Segunda Seção, ficando os elementos de prova acautelados no juízo.

Por outro lado, entendo que não é caso de devolver o material apreendido direta e imediatamente à parte interessada, de tal modo que, acautelando-o no juízo de origem, se possa garantir a reversibilidade da presente decisão, seja por este relator, seja pelo Colegiado da Segunda Seção.

Essa decisão protege tanto o interesse da OAB e do advogado, como também guarda o interesse dos órgãos de persecução criminal, pois, ficando acautelados os elementos de prova colhidos com o levantamento do sigilo do advogado, no juízo de origem, ao final, caso a eg. Segunda Seção resolva reformar a decisão agora tomada, nenhum prejuízo remanescerá para a investigação.

V - Dispositivo



Ante o exposto, **defiro o pedido de liminar** para: **(a) suspender** a decisão sob comento, especificamente, quanto à busca e apreensão de livro-caixa, recibos e comprovantes de pagamento de honorários e do aparelho telefônico do advogado representado, bem assim qualquer ato de análise ou perícia dos materiais apreendidos em decorrência dessa decisão, protegidos pelo sigilo profissional; **(b)** para resguardar o pedido final, de ofício, **também determino** o sobrestamento da busca e apreensão de imagens de circuito de segurança do Hotel Maison Royal, **(c) também determino**, de ofício, para resguardar a reversibilidade da presente decisão, o recolhimento e o acautelamento em juízo, imediatamente, de todo o material apreendido e alcançado, estritamente, em razão do ato aqui impugnado, que deverá permanecer em juízo e **(d) determinar**, por ora, também para resguardar a eficácia da decisão final, de ofício, a devolução ao juízo de qualquer registros realizados e/ou informações colhidas, especificamente, referidos aos atos e documentos aqui abrangidos, ou seja, em decorrência da decisão ora impugnada, **comunicando-se** aos órgãos de persecução criminal (em especial, polícia e Ministério Público) que os mesmos, até pronunciamento contrário deste Tribunal, não poderão ser utilizados sob pena de nulidade e eventual responsabilização. Esta decisão terá a sua eficácia temporal limitada à apreciação pelo eg. Colegiado da Segunda Seção, ou até que outra decisão seja proferida.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo da 3ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG para prestar informações no prazo legal (Lei nº 12.016/2009, art. 7º, I).

Dê-se ciência ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada para que, querendo, ingresse no feito (Lei nº 12016/2009, art. 7º, II).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de fevereiro de 2019.

Desembargador Federal **NÉVITON GUEDES**

Relator

[1] Caso Michaud v. França ((Application no. 12323/11) JUDGMENT STRASBOURG, 6 December 2012, acessado no sítio <https://www.legal-tools.org/doc/db5b6d/pdf/>, em 25/02/2019.

[2] Caso Michaud v. França ((Application no. 12323/11) JUDGMENT STRASBOURG, 6 December 2012, acessado no sítio <https://www.legal-tools.org/doc/db5b6d/pdf/>, em 25/02/2019.

[3] Caso Michaud v. França ((Application no. 12323/11) JUDGMENT STRASBOURG, 6 December 2012, acessado no sítio <https://www.legal-tools.org/doc/db5b6d/pdf/>, em 25/02/2019.

[4] <https://www.conjur.com.br/2012-dez-06/advogado-obrigado-delatar-cliente-decide-corte-europeia>, sítio da revista Conjur, onde se tem um perfeito resumo do caso, para leitores brasileiros.

[5] Kopp v. Switzerland, acesso pelo sítio <http://www.servat.unibe.ch/dfr/em232249.html>, em 25/02/2019.



[6] “O dever de guardar sigilo profissional – uma aproximação prática” (*razão de ordem* apresentada no VI Congresso dos Advogados Portugueses), <http://www.oa.pt/Uploads/%7B7760A5F7-FAAD-4C97-B199-5B7B12AC6A69%7D.pdf>, acesso em 20.02.2019.

[7] Arnaut, Antonio. Introdução à Advocacia: História – Deontologia, Questões Práticas”, 3ª Edição, Coimbra Editora, 1996, p. 65, apud <http://www.oa.pt/Uploads/%7B7760A5F7-FAAD-4C97-B199-5B7B12AC6A69%7D.pdf>, acesso em 20.02.2019.

[8] Ruschel, Daniel R. Lawyers and Confidentiality. The University of Chicago Law Review (Vol. 65, 1998, Number1), p. 1/2.

[9] Ruschel, Daniel R. Lawyers and Confidentiality. The University of Chicago Law Review (Vol. 65, 1998, Number1), p. 1/2.

[10] Joecks, Wolfgang. *Strafprozessordnung – Studienkommentar*. München: Beck, 4ª Ed., 2015, p. 123.

[11] Joecks, Wolfgang. *Strafprozessordnung – Studienkommentar*. München: Beck, 4ª Ed., 2015, p. 410/411.

